

Projeto Pedagógico – Licença Capacitação

A Facultatem, Plataforma de Ensino a Distância, sociedade empresária limitada 99AULAS Desenvolvimento de Softwares LTDA., CNPJ sob o nº 26.295.012/0001-84, é uma plataforma de Cursos *on-line*, na modalidade de Ensino a distância.

1. Justificativa

A FACULTATEM, Plataforma de Ensino a Distância, surgiu a partir da percepção da necessidade de proporcionar um ensino a distância de qualidade, aliando a facilidade de estudar através de um ambiente *on-line*, a qualquer hora do dia ou da noite. O aluno poderá realizar a capacitação de acordo com o tempo que tiver disponível, respeitando seu ritmo individual de aprendizagem.

2. Objetivos

Acreditamos que o ensino a distância possui cada vez maior relevância no cenário educacional. A capacitação pela internet já se consolidou como opção principal para aqueles que querem buscar aperfeiçoamento profissional de qualidade, aliado à praticidade de estudar quando e onde quiser.

A FACULTATEM objetiva fornecer uma capacitação formal de qualidade aos servidores públicos, visando prepará-lo para melhor exercer suas atividades. Nosso objetivo é aliar a praticidade do ensino a distância à interação e reflexão, para que não se tornem apenas um conjunto de conteúdos, ofertados em ambiente virtual.

3. Público-alvo

Servidores públicos das esferas federal, estadual ou municipal interessados em capacitar-se profissionalmente.

4. Carga Horária

A carga horária irá variar de acordo com o curso escolhido pelo aluno no momento da inscrição, podendo ser de 15, 30, 60 ou 90 dias. O aluno também deverá indicar a data que iniciará o curso e poderá inscrever-se a qualquer momento.

5. Metodologia

O processo de aprendizagem a distância ocorre por meio de aulas *on-line* e interatividade do aluno com o ambiente virtual. O aluno poderá acompanhar o curso

pelo seu computador, no dia, hora e local que lhe forem mais convenientes, desde que dentro do período do seu curso. Os cursos disponibilizados levam os alunos a uma participação ativa através das videoaulas, material de apoio e fóruns. Os cursos são desenvolvidos em ambiente online, sendo as aulas, fóruns, material de apoio e avaliação, disponibilizados em nosso site.

6. Acompanhamento e tutoria

O desenvolvimento e aproveitamento do aluno é acompanhado pelo instrutor de cada curso, que detém o conhecimento e a didática para dar o melhor suporte ao aluno. Ele atua como tutor, indicando atividades, avaliando a participação nos fóruns e respondendo as dúvidas dos alunos. O tutor pode propor atividades através do fórum da plataforma, através do e-mail dos alunos ou durante as aulas do curso.

7. Como o site funciona

As Inscrições podem ser feitas a todo momento e o aluno realiza as atividades de acordo com sua disponibilidade de horário, respeitando o ritmo individual de aprendizagem e o tempo mínimo e máximo para realização do curso. Para iniciar, desenvolver e concluir um curso junto à FACULTATEM o aluno precisa ter acesso a um computador e à Internet banda larga.

8. Sistemas de avaliação

A avaliação se dá através de uma prova de múltipla escolha, realizada após a visualização das aulas e leitura do material didático, e através da avaliação pelo instrutor do curso, da participação nos fóruns de discussão.

9. Certificação

Ao término do curso, o aluno receberá um certificado eletrônico, desde que tenha um aproveitamento acima de 70% nas avaliações e transcorrido o tempo mínimo de acordo com o programado no momento da inscrição: 15, 30, 60 ou 90 dias.

Todos os cursos de capacitação contam com ferramenta de avaliação que é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

Curso: Curso Completo de Apuração Disciplinar

Carga horária: 390 horas

Recursos: videoaulas, material didático em PDF para download, exercícios, fóruns e avaliação final.

Objetivo: Oferecer aos Servidores Públicos curso referência em legislação disciplinar federal, focado nos aspectos teóricos e práticos de todos os instrumentos de apuração disciplinar e instrumentos alternativos à apuração disciplinar previstos pela Lei nº 8.112/1990 e pela Controladoria Geral da União – CGU, pertinentes com a atuação de todos os cargos públicos, visando excelência técnica dos servidores nos procedimentos correicionais.

Público-alvo: Servidores Públicos

Justificativa: A legislação disciplinar mudou bastante nos últimos tempos. As etapas do Processo Administrativo Disciplinar possuem requisitos obrigatórios que precisam ser observados pela Administração Pública, sob pena de nulidade dos atos. Os recursos em PAD previstos na Lei nº 8.112/1990 costumam ser negligenciados em cursos de Processo Administrativo Disciplinar gerando uma lacuna de conhecimento que pode ser prejudicial para o correto processamento destes instrumentos. A atuação dos servidores responsáveis por realizar as apurações disciplinares precisa estar pautada na legislação vigente e nos últimos posicionamentos e entendimentos da Jurisprudência e das orientações dos órgãos de controle.

Todo servidor público estável pode ser designado para participar de apurações disciplinares, conforme previsto na Lei 8.112/1990. O conhecimento dos instrumentos adequados para realizar a correta apuração disciplinar é essencial para um desempenho eficiente do servidor designado para atuação.

Para que tal função seja desempenhada com o máximo de eficiência, é imperativo que o servidor público esteja em permanente atualização profissional, preferencialmente, dedicando períodos selecionados do seu tempo para desenvolver capacitação específica sobre o tema.

Para isso, o curso iniciará tratando das alterações legislativas que ocorreram nos últimos anos, tratando do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, da normatização da Investigação Preliminar – IP, da Sindicância Investigativa – SINVE e da Sindicância Patrimonial conforme disposto em Instrução Normativa da CGU e no Decreto nº 5.483/2005, visando inserir o servidor no contexto normativo atualizado de estudos.

Como objeto central do curso, serão tratados os aspectos teóricos e práticos relacionados com o Processo Administrativo Disciplinar, sendo este tratado tanto no rito sumário quanto no rito ordinário, focando em cada uma das etapas do processo e com especial atenção para a instauração, oitivas de testemunhas, interrogatório do acusado, indiciamento, relatório final e julgamento.

Ao final ainda serão tratados os aspectos teóricos e práticos relacionados com os recursos administrativos previstos de serem impetrados contra decisões do Processo Administrativo Disciplinar.

Desta forma, o curso se revela essencial para a capacitação do servidor público, na medida que o coloca a par das recentes atualizações legislativas e dos cuidados a serem observados quando do planejamento, execução e conclusão de qualquer dos instrumentos de apuração disciplinar previstos na legislação e nas normativas da CGU. Articulando leis [lato sensu], doutrina e jurisprudência, o servidor público estará capacitado não só a criticar os procedimentos adotados mas também a atuar na apuração disciplinar com excelência, o que, de forma específica reduz a chance de anulação do ato administrativo; sob uma ótica mais ampla, preenche os princípios da legalidade, finalidade, motivação e efetividade, maximizando os direitos fundamentais dos administrados, e. g. contraditório, ampla defesa e devido processo; e, por fim, de um ponto de vista macro, contribui para o adequado processamento das infrações disciplinares no que se refere ao eixo sancionatório, pilar fundamental previsto na Lei 8.112/1990 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União.

Fica claro então que o presente curso se enquadra perfeitamente no novo Plano de Desenvolvimento de Pessoas da Polícia Rodoviária Federal, em seu item 11 que regulamenta os afastamentos para licença capacitação do servidor. Os itens g) Integridade; k) Sistema jurídico; e n) Corregedoria, estão contemplados tanto no conteúdo teórico do curso, quanto no efeito prático que terá na atuação posterior do servidor.

Competência: Compreender as hipóteses de aplicabilidade do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, da Investigação Preliminar – IP, da Sindicância Investigativa - SINVE, da Sindicância Patrimonial, do Processo Administrativo Disciplinar de rito sumário e do Processo Administrativo Disciplinar de rito ordinário. Analisar as normas vigentes sobre os citados instrumentos apuratórios e conhecer as etapas necessárias para o planejamento, elaboração e condução dos trabalhos de forma tecnicamente impecável, e lastreada na justiça, profissionalismo e excelência.

Professor: Rodrigo Costa Rodrigues

Conteúdo Programático:

MÓDULO I – Termo de Ajustamento de Conduta - 20h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
- Conhecer as normas que regem a aplicação do TAC; - Identificar as infrações disciplinares de menor potencial ofensivo; - Compreender o TAC no contexto do direito disciplinar; - Compreender as etapas necessárias para a elaboração correta do TAC	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE I – Termo de Ajustamento de Conduta - Instrução Normativa nº 4/2020 – CGU - Lei nº 8.112/1990 - Lei nº 9784/1999
	Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS - Prova final objetiva - Estudo de caso prático

MÓDULO II – Investigação Preliminar - 15h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
- Conhecer a legislação que rege a aplicabilidade da Investigação Preliminar - Compreender a Investigação Preliminar no contexto dos instrumentos apuratórios; - Compreender as etapas necessárias para a correta condução da Investigação Preliminar;	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE II – Investigação Preliminar - IP - Instrução Normativa nº 14/2018 – CGU - Lei nº 8.112/1990 - Lei nº 9.784/1999 - Lei nº 8.429/1992 - Direitos fundamentais a serem preservados na Investigação Preliminar - Objetivos da Investigação Preliminar

		7. Interação entre Investigação Preliminar, Sindicância Apuratória e Processo Administrativo Disciplinar
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

MÓDULO III – Sindicância Investigativa - 30h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Conhecer a legislação que rege a aplicabilidade da Sindicância Investigativa • Compreender a Sindicância Investigativa no contexto dos instrumentos apuratórios; • Compreender as etapas necessárias para a correta condução da Sindicância Investigativa;	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE III – Sindicância Investigativa 1. Instrução Normativa nº 14/2018 – CGU 2. Lei nº 8.112/1990 3. Lei nº 8.429/1992 4. Lei nº 9.784/1990 5. Direitos fundamentais a serem preservados no curso da Sindicância Investigativa; 6. Objetivos da Sindicância Investigativa; 7. Interação entre a Sindicância Investigativa, Sindicância apuratória e Processo Administrativo Disciplinar

MÓDULO IV – Sindicância Patrimonial - 30h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
-----------------------	----------------------------	----------

• Conhecer as normas que regem a aplicação da Sindicância Patrimonial; • Identificar as hipóteses de utilização da Sindicância Patrimonial; • Compreender a Sindicância Patrimonial no contexto do direito disciplinar; • Compreender as etapas necessárias para a correta condução da Sindicância Patrimonial	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE IV – Sindicância Patrimonial 1. Decreto nº 5.483/2005 2. Lei nº 8.429/1992 3. MS 13.142/DF – STJ 4. Portaria CGU 335/2006 5. IN nº 14/2018 - CGU
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

MÓDULO V – Processo Administrativo Disciplinar Rito Sumário - 35h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Conhecer a legislação que rege a aplicabilidade do PAD Rito Sumário • Compreender o PAD Rito Sumário no contexto dos instrumentos apuratórios; • Compreender as etapas necessárias para a correta condução do PAD Rito Sumário;	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE V – PAD Rito Sumário 1. Instrução Normativa nº 14/2018 – CGU 2. Lei nº 8.112/1990 3. Lei nº 9.784/1999 4. Lei nº 8.429/1992 5. Interação entre Sindicância Patrimonial, PAD Rito Sumário e PAD Rito Ordinário
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

MÓDULO VI – PAD rito ordinário - Fase pré-processual - 20h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
- Conhecer as normas que regem o Processo Administrativo Disciplinar sob o rito ordinário; - Identificar as hipóteses de utilização do PAD rito ordinário; - Compreender o PAD rito ordinário no contexto do direito disciplinar; - Compreender as etapas necessárias para a adequada instauração do PAD rito ordinário.	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE VI – Fase pré-processual - Atos sujeitos à apuração disciplinar - Materialidade e autoria - Competência para instauração - Artigo 148 da Lei 8.112/90
	Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS - Prova final objetiva - Estudo de caso prático

MÓDULO VII – Instauração do Processo Administrativo Disciplinar - 25h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
- Conhecer as condições preexistentes necessárias para a instauração do PAD; - Identificar a Autoridade com competência para instauração do PAD; - Identificar os elementos da Portaria de instauração; - Compreender a portaria de instauração no contexto dos direitos assegurados	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	- Condições necessárias para instauração de PAD - Competência de instauração - Elementos da portaria instauradora - Princípios do devido processo legal, da presunção de não-culpabilidade e da publicidade

na Constituição Federal;		
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

MÓDULO VIII – PAD rito ordinário - Instalação da Comissão e providências iniciais - 30h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Conhecer a estrutura de uma ata de instalação de comissão; • Estruturar uma ata de instalação de comissão, de acordo com os normativos legais; • Conhecer os requisitos da notificação inicial dos acusados; • Conhecer os requisitos das comunicações iniciais da Comissão;	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE VIII – Instalação da Comissão e providências iniciais 1. Ata de Instalação 2. Modelo de Ata de Instalação 3. Notificação Inicial dos acusados 4. Comunicação à Autoridade Instauradora 5. Comunicação ao RH da Instituição
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

MÓDULO IX – PAD rito ordinário - Instrução processual - 35h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Identificar as provas passíveis de serem produzidas no PAD;	- Ensino à distância - Videoaulas	UNIDADE IX – Instrução processual 1. Provas no PAD

• Conhecer a ordem de oitiva de depoentes; • Conhecer a ordem da elaboração das perguntas para os depoentes; • Conhecer os requisitos para solicitação de perícia • Conhecer os requisitos para realização de oitiva através de videoconferência.	- Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	2. Ordem de oitiva no PAD 3. Ordem das perguntas nos depoimentos 4. Videoconferência 5. Perícia 6. Acareação
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

MÓDULO X – PAD rito ordinário - Indiciamento, Defesa e Relatório Final - 35h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Conhecer a estrutura do Indiciamento; • Compreender a análise da defesa escrita; • Compreender as hipóteses de revelia e defensor dativo • Conhecer a estrutura do Relatório Final da Comissão	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE X – Indiciamento, defesa e relatório final 1. Requisitos do Indiciamento 2. Estrutura do Indiciamento 3. Requisitos da defesa escrita 4. Revelia e defensor dativo 5. Relatório Final
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

MÓDULO XI – Técnicas de Entrevista e Interrogatório - 25h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
- Identificar a ordem adequada para oitiva das testemunhas; - Identificar a ordem adequada para as perguntas a serem formuladas para as testemunhas; - Identificar a ordem adequada para as perguntas a serem formuladas aos acusados; - Compreender as oitivas de testemunhas e interrogatórios dos acusados no contexto dos direitos assegurados na Constituição Federal;	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE XI – Técnicas de entrevista e interrogatório - Vantagens na aplicação de uma técnica - Ordem da oitiva de testemunhas - Ordem das perguntas para as testemunhas - Ordem da oitiva dos acusados - Ordem das perguntas para os acusados
	Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS - Prova final objetiva - Estudo de caso prático

MÓDULO XII – Termo de Indiciamento - 20h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
- Conhecer os requisitos do termo de indiciamento no PAD - Identificar os elementos constantes do termo de indiciamento - Conhecer a estrutura básica do Termo de Indiciamento - Compreender o termo de	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE XII – Termo de Indiciamento - Hipóteses de confecção - Requisitos do termo de indiciamento - Estrutura básica do termo de indiciamento - Relação entre o termo de indiciamento e o pré-

indiciamento no contexto dos direitos garantidos pela Constituição Federal		julgamento
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

MÓDULO XIII – Relatório final - 20h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Conhecer a estrutura básica do relatório final da comissão processante; • Tópicos relevantes do relatório final; • Compreender o relatório final da comissão no contexto do direito disciplinar;	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE XIII – Relatório final 1. Estrutura básica 2. Dos atos antes da Portaria 3. Da instrução 4. Do indiciamento 5. Da análise da defesa 6. Da conclusão 7. Conexão entre penalidade sugerida e autoridade competente para o julgamento
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

MÓDULO XIV – Julgamento do processo administrativo disciplinar - 15h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
-----------------------	----------------------------	----------

• Conhecer a estrutura mínima do julgamento do PAD • Identificar os resultados possíveis no PAD • Identificar a autoridade competente para o julgamento • Compreender o julgamento no contexto dos direitos garantidos pela Constituição Federal	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	1. Julgamento que acompanha a sugestão da comissão 2. julgamento que discorda da sugestão da comissão 3. Resultados possíveis no julgamento 4. Competência para julgar no PAD 5. Relação entre o julgamento e as garantias do devido processo legal, da publicidade e da presunção de não-culpabilidade.
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

MÓDULO XV – Recursos em processo administrativo disciplinar - 35h/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Identificar os recursos previstos na legislação disciplinar; • Conhecer os requisitos do pedido de reconsideração; • Conhecer os requisitos do recurso hierárquico; • Conhecer os requisitos do processo de revisão; • Compreender os recursos no contexto do direito disciplinar;	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	1. Recursos previstos na legislação 2. Pedido de reconsideração 3. Recurso hierárquico 4. Processo de revisão 5. Competências para o julgamento de cada recurso; 6. Recursos disciplinares no contexto do direito disciplinar

	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático
--	-------------------------	--